

“Memórias de um Soldado Paraense”: história, memória e atuação do Policial Militar Arthur Corrêa da Silva (1942 - 1990).

Itamar Gaudêncio¹

Lucas Carnevale Machado²

Sandra Letícia Magalhães Gaudêncio³



¹ Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Docente do IESP, Docente da ESMAC, Major da PMPA, Chefe do PM8 do EMG.

² Doutorando em História Social da Amazônia pela UFPA, Mestre em Ciências do Patrimônio Cultural PP-GPATRI/UFPA, Especialista em História Militar pela UNISUL, Graduado em História pela UEPA. Professor da rede municipal de ensino da Prefeitura de Belém.

³ Mestre em História Social da Amazônia pelo PPHIST/UFPA. Antiga Professora do Colégio Tenente Rêgo Barros no período de 2011 à 2019. Membro do Grupo de Pesquisa Militares, poder e sociedade na Amazônia/UFPA. Liderado pelo Professor Dr Willian Gaia Farias.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos iniciais sobre a atuação de um “Soldado” da Polícia Militar do Pará, chamado Coronel Arthur Corrêa da Silva nos campos político, social e cultural por meio das memórias descritas em seu livro de 1991, não publicado, assim como parte da entrevista concedida pelo Coronel PM Dilson Junior, seu neto, no ano de 2022, ambas relacionadas às fontes documentais que englobam o período de 1942 a 1990. A partir das fontes destacadas é possível perceber a atuação do sujeito social como Policial Militar e no âmbito político entre a capital e o interior do estado no contexto da democracia pós-segunda guerra mundial. Nesse sentido, a sua proximidade com a política “populista” da época apresenta indícios de um pensamento político comum a partir da década de 1950 no Brasil, que possibilita a compreensão do processo de mudança que a Instituição iniciava a época. Assim, questões como a sua história familiar, o recrutamento e a construção da carreira apresentam uma forma de narrativa histórica que relaciona a macro e a micro-história, a importância das experiências dos sujeitos e sua visão pessoal, que se alinha à construção de fontes de história oral, pois seu relato é rico em detalhes e visões sobre acontecimentos importantes do Pará da república nacional-estatista, do regime militar e a democracia dos anos de 1980.

Palavras chave: Biografia histórica, Polícia Militar do Pará, Memória, História de vida.

ABSTRACT

This work aims to present initial aspects about the performance of a “Soldier” of the Military Police of Pará, named Colonel Arthur Corrêa da Silva in the political, social, and cultural fields mainly through his memories described in his unpublished 1991 book. As well as part of the interview granted by Colonel PM Dilson Junior, his grandson, in 2022, both related to the documentary sources that encompass the period from 1942 to 1990. From the highlighted sources, it is possible to perceive the social subject’s performance as a Military Police Officer and in the political sphere between the capital and the interior of the state in the context of post-World War II democracy. In this sense, his proximity to the “populist” politics of the time presents evidence of a common political thought from the 1950s in Brazil and enables an understanding of the process of change that the Institution was initiating at that time. Thus, issues such as his family history, recruitment, and career construction present a form of historical narrative that relates macro and micro-history, the importance of subjects’ experiences and their personal vision, which aligns with oral history source construction because his account is rich in details and visions about important events in Pará during the national-statist republic, military regime, and democracy of the 1980.

Keywords: Historical biography, Military Police of Pará, Memory, Life story.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar aspectos iniciales sobre la actuación de un “Soldado” de la Policía Militar de Pará, llamado Coronel Arthur Corrêa da Silva en los campos político, social y cultural a través principalmente de sus memorias descritas en su libro de 1991, no publicado. Así como parte de la entrevista concedida por el Coronel PM Dilson Junior, su nieto, en el año 2022, ambas relacionadas con las fuentes documentales que abarcan el período de 1942 a 1990. A partir de las fuentes destacadas es posible percibir la actuación del sujeto social como Policía Militar y en el ámbito político entre la capital y el interior del estado en el contexto de la democracia possegunda guerra mundial. En este sentido, su proximidad con la política “populista” de la época presenta indicios de un pensamiento político común a partir de la década de 1950 en Brasil y que posibilita la comprensión del proceso de cambio que la Institución iniciaba en ese momento. Así, cuestiones como su historia familiar, el reclutamiento, la construcción de la carrera militar presentan una forma de narrativa histórica que relaciona la macro y la microhistoria, la importancia de las experiencias de los sujetos y su visión personal, que se alinea con la construcción de fuentes de historia oral, pues su relato es rico en detalles y visiones sobre acontecimientos importantes del Pará de la república nacional-estatista, régimen militar y la democracia de los años 80.

Palabras claves: Biografía histórica, Policía Militar de Pará, Memoria, Historia de vida.

1 INTRODUÇÃO

As trajetórias de vida são uma importante base de análise e informação sobre aspectos da memória e das teias sociais em que o sujeito histórico está envolvido. No entanto, tal análise exige certo cuidado dos historiadores, para que estes não o considerem como uma linha do tempo imutável e impossibilitada de realizar debates e análises com outras fontes documentais.

Segundo Le Goff (2013) o historiador deve ser ouvido, pois, a História passa a ser, no nosso contexto, um ramo fundamental do saber. Essa perspectiva colabora para que vejamos as relações entre Memória e História sem confusão ou ceticismo, assim como passado e presente. O passado depende parcialmente do presente, toda a história é bem contemporânea.

Quanto à memória é importante destacar que Le Goff (2003) ao afirmar que o documento deve ser criticado, já que o mesmo não é qualquer coisa que fica por conta do passado, e sim um produto da sociedade que o fabricou, possibilita a compreensão das relações de força que aí detinham o poder. “o documento não é inócuo”. Assim o conceito de memória pode estar ligado à construção de diversos documentos que podem ser, para além de fontes oficiais, relatos escritos, bilhetes e cadernos de memórias.

Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos iniciais sobre a atuação de um “Soldado” da Polícia Militar do Pará, chamado Coronel Arthur Corrêa da Silva nos campos político, social e cultural através principalmente de suas memórias descritas em seu livro de 1991, não publicado. Outro objetivo proposto é a apresentação de parte da entrevista concedida pelo Coronel PM Dilson Junior⁴, seu neto, no ano de 2022. Tanto a atuação do primeiro, quanto a

⁴ Comandante Geral da Polícia Militar do Pará.

do segundo estão relacionadas às fontes documentais que englobam o período de 1942 a 1990, destacado no livro de memória.

A partir das fontes destacadas é possível perceber a atuação do sujeito social como Policial Militar e no âmbito político entre a capital e o interior do Estado do Pará, no contexto da democracia pós-segunda guerra mundial. Nesse sentido, a sua proximidade com a política “populista” da época apresenta indícios de um pensamento político comum a partir da década de 1950 no Brasil e que possibilita a compreensão do processo de mudança que a Instituição Policial Militar iniciava á época.

Os relatos do Coronel Arthur Corrêa da Silva apresentam vários pontos de vista sobre os elementos da sociedade paraense da capital e dos interiores, mostrando a Corporação Policial Militar do Pará após a sua reorganização em 1935, com destaque para os seus quadros, a mobilização e os aspectos da atuação institucional.

Além da atuação como Praça e Oficial, tomou parte em movimentos sociais reivindicatórios, como o de 1951, devido à ausência de salário e a entrega de material bélico a civis que nada tinham a ver com a Segurança Pública, à época. Somado a isto, as questões políticas entre “Baratistas”⁵ e “Udenistas”⁶ são apresentadas nos interiores, tal como os processos eleitorais e outros pontos.

Além do período democrático do pós Segunda Guerra mundial, o Oficial foi atuante durante o período do Regime Militar Brasileiro (1964 - 1985), em que esteve tanto na Corporação militar paraense, quanto em órgãos de nível municipal e estadual atrelados ao poder executivo e à Segurança Pública.

A maioria dos relatos é permeada por elementos da personalidade e de suas influências da infância, além de aspectos profissionais que garantiram ao oficial quase cinquenta anos de carreira no serviço público militar, civil e nas comunicações. Essa visão de uma biografia não atrelada aos grandes nomes e as grandes figuras, como as histórias dos santos católicos, mas sujeitos imersos no tempo e na sociedade que mostram visões que corroboram ou destoam do que a documentação apresenta, conforme:

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos (Priore, 2009, p. 9).

Portanto, Portelli (1997) afirma que a História oral se relaciona às versões do passado, ou seja, à memória. E ainda que ela seja moldada de formas diferentes pela sociedade, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser pessoais, como é possível perceber quando se constrói um trabalho a partir de livros de memórias que não são publicados ou de entrevistas que familiares relatam a vida pessoal do biografado.

⁵ Grupo político ligados ao governador Magalhães Barata.

⁶ Oposicionistas a prática política de Getúlio Vargas no âmbito nacional.

2 UMA HISTÓRIA FAMILIAR E A INCORPORAÇÃO À POLÍCIA MILITAR

Arthur Corrêa da Silva nasceu no dia 16 de maio de 1923, em Belém do Pará. Filho do casal de cearenses originários de Quixadá, Antonio Luiz Corrêa da Silva e de Maria Freitas de Araújo, irmão mais novo de cinco filhos do casal: “Osmarina, Oscarina, Osvaldo e Orlando”. No seu relato, informa que não se lembrava de sua mãe, pois, os seus pais se separaram quando ele tinha dois anos de idade. Na medida em que crescia com seu pai, destaca grande afeição ao mesmo, constantemente lembrando a origem histórica de sua família, tal como nos tempos de brincadeiras da infância (Silva, 1991).

Percebe-se que a memória familiar sobre Arthur Silva se relaciona a uma identidade familiar que passa por gerações, pois, seu neto afirma que:

Bom, a minha família tá na polícia desde 1942, e eu ainda brinco aí com os coronéis que a família mais antiga da polícia agora que seja maior é a minha, está desde 1942. o meu avô entrou como soldado em 1942 numa época em que todos os jovens naquela fase estavam indo para guerra, pra servir como pracinha, e ele chegou até a ir na fila para o alistamento para guerra, mas aí um colega passou e convidou ele para entrar na PM quem entrasse na PM estava livre da guerra e ele preferiu entrar na PM do que ir pra Itália para servir como pracinha, e aí fez uma trajetória brilhante na corporação, foi soldado, foi cabo, foi terceiro sargento, e aí fez o concurso do CFO, é paraense, nascido em Belém, filho de pais cearenses. O meu Bisavô era cearense e a mãe dele era também cearense, a minha bisavó (Souza Junior, 2022).

A herança familiar nordestina estabelece uma identidade familiar que leva a um acontecimento marcante na vida do jovem Arthur Silva que aos 16 anos, vivencia morte do pai que serviu como referência para sua vida. “ainda que fosse mais criança, sentiu fortemente a perda do seu pai”, lembrando-se de várias passagens com o mesmo. Uma delas, era no leito de morte deste, no qual falava para sua atual esposa e para seus filhos “pagarem a conta da família no mês na *Casa Albino*”.

Há 51 anos, 22.09.1939, quando eu contava 16 anos de idade, faleceu o meu velho com 67 anos, idade que hoje conto. Eu já não era tão criança, mas ainda assim foi duro, muito duro. De todas as lembranças que guardo do cearense de QUIXADÁ, senhor ANTONIO LUIZ CORRÊA DA SILVA, há uma que só a morte ou a perda da memória poderá fazer-me esquecer: estava ele às portas da morte, tendo a sua frente seus cinco filhos OSMARINA, OSCARINA, OSVALDO, ORLANDO e ARTHUR, quando, com voz tênue, disse: - “Meus filhos, não esqueçam de pagar no fim do mês a nossa conta com o seu ALBINO”. Seu ALBINO era o português dono da “CASA ALBINO”, mercearia à época existente na Travessa 14 de abril, esquina com a Avenida Independência, hoje Avenida General Magalhães Barata. Proferidas essas palavras, imediatamente após faleceu meu pai. É evidente que seu pedido foi atendido (Silva, 1991, p. 2).

Outra lembrança familiar envolvia os outros irmãos, cuja quebra de uma janela de uma casa de um vizinho provocou a notificação da família para esclarecer essa situação perante o delegado. Após a volta da delegacia, o pai pune a todos de acordo com o “grau de culpa”. No entanto, após receberem a punição, eles conversaram entre si e confirmaram que o acontecimento não tinha sido culpa deles.

Determinados a fazer valer a punição, na noite seguinte quebraram a maioria das janelas da mesma casa, levando a chegar uma nova notificação ao seu pai. Após sua volta da delegacia, o filho mais velho Oswaldo, fala que o pai poderia dar qualquer punição (pois agora eram culpados), posto que a punição passada não foi merecida, já que, não havia feito nada. O pai, Antonio, falou que eles haviam sido punidos por antecipação e não seriam disciplinados dessa vez. Ele pagou os vidros e tomando responsabilidade sobre as janelas quebradas.

Nova intimação. Nova ida ao Posto de Polícia e nova reunião dos filhos do senhor Antonio Luiz, para o vereditum. Só que, por sorte, ele verberou nosso comportamento, e o OSVALDO pediu a palavra, que lhe foi concedida e a defesa foi: -“Pai, ante-ontem o senhor nos bateu injustamente; hoje, o senhor pode até nos matar, se quiser, porque somos culpados, mas antes éramos inocentes”. O cearense de Quixadá arregalou os olhos e perguntou ao ORLANDO e a mim se confirmávamos o que acabara de ouvir e porque confirmamos, ele disse: - “TUDO BEM, ENTÃO JÁ APANHARAM POR ANTECIPAÇÃO, NÃO FAÇAM MAIS ISSO”. É claro que o velho pagou o prejuízo (Silva, 1991, p. 2).

Logo após o falecimento do seu pai, o jovem Arthur foi morar com a irmã mais velha, Osmarina, casada, uma maneira de fornecer o apoio para que ele seguisse estudando, apesar dos questionamentos e da inquietação da idade, o qual já tinha interesse em trabalhar e ganhar sua própria renda. Dessa forma, aos 16 anos, fez uma “declaração, praticamente uma ameaça” a Osmarina e ao marido dela, pedindo um emprego, ou teria que sair da casa deles. Conseguiu seu primeiro trabalho por intermédio do seu cunhado que era Praça da Marinha do Brasil.

Inicialmente trabalhou raspando o cascalho do navio Jansen de Melo, aportado no porto de Val de Cães. No mesmo período começou a estudar à noite. Esse trabalho no porto durou apenas alguns meses, tendo logo arrumado outro emprego em uma agência do Jogo do Bicho, melhorando consideravelmente sua condição financeira até sua incorporação militar (Silva, 1991).

Com 19 anos recebeu a recomendação do soldado na Polícia Militar chamado Waldemar Gonçalves, o qual era seu amigo, que o orientou a entrar na corporação para fazer uma possível carreira e “escapar” da convocação para a II Guerra Mundial (1939 - 1945) que naquele momento já havia mobilizado o Brasil e estava em formação a Força Expedicionária Brasileira que combateria os nazifascistas no teatro de operações da Itália (Ferraz, 2013).

Ainda que o jovem tivesse o desejo de fazer o curso superior em Direito, entrou na Polícia Militar do Pará como soldado em 07 de agosto de 1942, sendo selecionado para a Tesouraria da Companhia de Guardas. Uma questão evidenciada a partir da incorporação do Soldado Arthur, é que a Polícia Militar que tinha menos de dez anos em seu efetivo, apresentava vários claros, necessitando de pessoal capacitado em várias frentes (Silva, 1991)⁷. Isso lhe permitiu fazer várias formações para crescimento na carreira Policial Militar, tal como o Curso de Formação de Cabos (CFC) concluindo em menos de um ano, tendo obtido o primeiro lugar na referida formação, atuando no comando da Guarda da Recebedoria de Rendas do Estado⁸.

Já capacitado e com destaque, o Cabo Arthur matriculou-se pouco depois no Curso Regional de Sargentos, sendo promovido à graduação de 3º Sargento em 16 de agosto de 1944, com cerca de apenas dois anos e nove meses na “Corporação de Fontoura”. Entre 1944 e 1945, o Sargento Arthur, ainda pensando no Bacharelado em Direito, tentou licenciar-se da corporação por duas vezes, sendo negada pelo seguinte despacho: “*Indeferido*”. “*O país está em guerra*” (Silva, 1991).

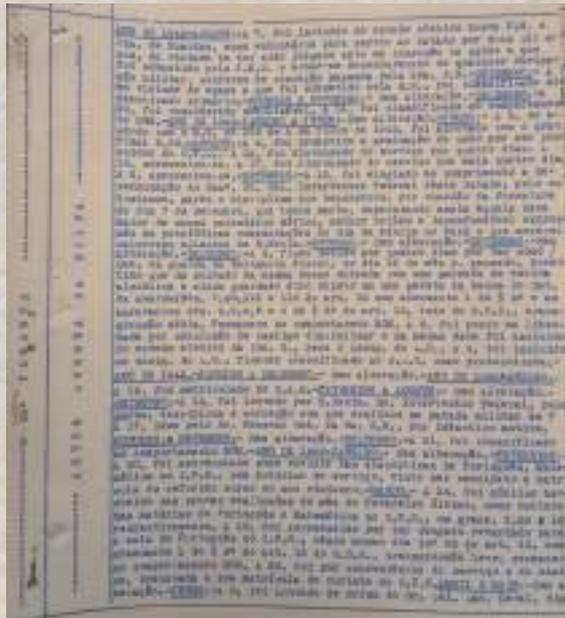
A Segunda Guerra Mundial terminou em maio de 1945, sendo que apenas em 1946, quando ele já se encontrava fazendo o Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos. Foi então que publicou no Boletim Geral da Polícia Militar a autorização para que os “elementos” que desejassem licenciamento pudessem requerê-lo. No entanto, a partir deste ponto a sua decisão foi a permanência na Corporação, chegando ao “Aspirantado” em 1950, depois de ter feito o Curso de Formação de Oficiais (CFO), iniciado em 1947, sendo classificado como Oficial na Companhia de Guardas.

O processo de formação e a primeira atuação como Oficial estão registradas não só em suas memórias, mas no seu histórico militar, como visto na foto a seguir:

⁷ Histórico Militar do 2º tenente Arthur Correa da Silva, Fundo da Justiça Militar, Centro de Memória da Amazônia, 1952, p.1.

⁸ Idem, p.2.

Figura 01: Histórico Militar inicial do oficial Arthur Correa da Silva.



Fonte: Histórico militar do Cel Arthur, Processo de investigação da Revolta de 1951, CMA, 2021, p.4.

Interessante que as narrativas de Arthur Silva podem ser relacionadas às concepções da micro história citados por Ginsburg (2007) que destaca a crítica feita por March Bloch ao ceticismo acadêmico sobre os acontecimentos históricos, que vistos por essa perspectiva não tocam no que existe por baixo desses acontecimentos ou fatos que são as mentalidades, a economia, as relações sociais, isto é, as falas, o testemunho do sujeito histórico Arthur Silva possibilitam entender a mentalidade dos sujeitos, assim como o contexto histórico mais ampliado. Outro detalhe é que escavando “os meandros dos textos, contra as intenções de quem o produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas” (Ginsburg, 2007).

3 O EPISÓDIO DE 1951 E A SUA VISÃO SOCIAL

No início da década de 1950, a situação era bastante complicada aos membros da Polícia Militar paraense, pois, sujeitos militares marcados por desvios de material e a ausência de pagamento aos quadros efetivo da Corporação levou a uma crise social. Neste período, o então Tenente Arthur prestava serviço no Comando Geral da Polícia Militar, imerso nos desdobramentos que levariam à “revolta de 27 de janeiro de 1951” (Silva, 1991).

As experiências políticas do Coronel Arthur Silva como militar que levaram às reivindicações sociais na década de 1950, podem ser explicadas, conforme afirma Thompson (1987), que enfatiza as reivindicações do direito do voto de owenistas e cartistas como possibilidade de obter outras vitórias, isto é, fruto de suas experiências que levavam a uma possibilidade dos trabalhadores alcançarem o controle de sua vida e trabalho durante o processo de formação da classe operária inglesa. De maneira análoga, as experiências sociais do Coronel Arthur Silva se fortalecem na sua experiência de não receber salário e vivenciar um contexto difícil no âmbito institucional.

Em uma dessas situações, como Oficial de dia no Comando Geral, recebeu certo cidadão que trazia um recado do Coronel Sinésio, então Comandante da Polícia Militar, para que ele ligasse ao referido Oficial superior. Ao ligar, ouviu a ordem de que deveria “entregar ao civil, que ali estava, cerca de 3 mosquetões e 200 cartuchos”. “O Tenente Arthur se posicionou contra a ordem”, ainda assim acatou a ordem de preparar uma cautela para a devida autorização” (Silva, 1991).

Após fazer a cautela, o Tenente Arthur comunicou o Fiscal Administrativo da Corporação, o Major Manoel Maurício Ferreira, o chefe da futura “rebelião” que ainda estava sendo gestada, recomendando que os

armamentos fossem protegidos tanto quanto possível. No outro dia, o Major Ferreira mandou tirar duas cópias da cautela, ficando com uma das cópias, entregando a outra ao Tenente Arthur e devolvendo a original ao Oficial de dia (Silva, 1991).

No dia 27 de janeiro de 1951, ele recebeu a ordem de informar aos Oficiais que deveriam estar no quartel para a revista, contando com 27 oficiais, além das designações das missões de cada um dos membros. Ao mesmo tempo, coube a ele a missão de prender a guarda dos Bombeiros da prefeitura municipal, substituindo-os por soldados da Polícia Militar. Essa informação é apresentada pela grande maioria dos Oficiais “revoltosos”, de forma que a maioria dos acusados havia sido chamada pelo Tenente Arthur⁹ (Silva, 1991).

“Na madrugada daquele mesmo dia a junta de militares composta pelo chefe da rebelião Major Maurício, o Capitão Julio Otero Seabra e o Tenente Arthur Silva, prenderam o Governador Waldir Bouhid” na avenida Serzedello Corrêa, após a saída do político de uma festa de aniversário em companhia do deputado federal João Guilherme de Lameira Bittencourt, integrante do mesmo partido do governador (PSD). O parlamentar solidarizou-se com o Governador, considerando-se preso também, porém o Major não concordou com ele, alegando que o problema dizia respeito ao âmbito estadual (Silva, 1991).

O Governador foi levado para o quartel do Comando Geral e às 6h, a tropa do Exército começou a investir contra a PM, o que fez o chefe revoltoso correr à sala do Estado-Maior onde se encontrava o preso e dizer-lhe: - “*Dr. Bouhid, o Exército vai atacar a PM, o senhor fique certo de que, no momento em que tombar o primeiro soldado meu, eu voltarei aqui para liquidá-lo.*” Essas palavras foram proferidas com uma metralhadora INA apontada para o Governador. “Logo após, foi preciso mandar buscar roupa limpa para o Governador deposto”. O Tenente Arthur Silva tornou-se testemunha da cena (Silva, 1991).

⁹ Processo de julgamento dos policiais na revolta de 1951, Justiça Militar do Estado, Caixa 01, 1952.

¹⁰ Ata de sentença do processo sobre a Revolta de 1951,

¹¹ Depoimento do acusado: 2º tenente Arthur Correa da Silva a Justiça Militar.

Ainda naquela manhã realizou-se o recolhimento dos Oficiais envolvidos no episódio de 1951. Todos foram levados do Comando Geral para unidades das Forças Armadas, como o 26º Batalhão de Caçadores (BC), Base Aérea de Belém e o 4º Distrito Naval. O Tenente Arthur Silva foi preso por 26 dias no 26º BC, aguardando até o final do inquérito cujo resultado final foi 3 a 2 em favor dos revoltosos (Justiça Militar, caixa 01, CMA, 1952, p. 727)¹⁰.

Com a imposição de recurso no processo, o Tenente Arthur Silva foi intimado a depor no Quartel General da 8º Região Militar. Durante o depoimento ele foi questionado se “*havia participado da revolta, quem a chefiava e qual o motivo do protesto*” (Justiça Militar, Caixa 01, CMA, 1952, p.1)¹¹.

As duas primeiras respostas foram fornecidas e anotadas pelo escrivão. Quanto à última pergunta, o Oficial que comandava o inquérito chamou a atenção do mesmo para a gravidade das acusações citadas (falta de pagamento e a entrega de munição e armamentos a civis), de forma que seria necessário comprovar as declarações com elementos materiais. O Tenente Arthur não só falou que tinha os comprovantes, como apresentou ao militar, mostrando a cópia da cautela dos armamentos entregues a civis que o Major Fiscal havia lhe ordenado a guardar, confirmando sua versão e colaborando para que o resultado final fosse a absolvição por unanimidade (Justiça Militar, Caixa 01, CMA, 1952, p.1).

4 A ATUAÇÃO POLÍTICA : ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR DO PARÁ.

Em março de 1951, o então Tenente Arthur recebeu o cargo de ajudante de ordens do Chefe de Polícia da época, atuando sob comando dos Majores do Exército Geraldo Daltro da Silveira e Waldemar Alexandrino Chaves até o ano de 1953. Em setembro, desse mesmo ano, foi nomeado presidente de uma comissão para apurar o assassinato de alguns seringueiros por indígenas na cidade de Altamira. Nessa comissão, além de um membro do Serviço de Proteção do Índio (SPI), foi levado um pelotão da Polícia Militar e um repórter do jornal "A Folha do Norte", somados a membros da prefeitura de Altamira e de representantes do Banco da Amazônia e seringalistas (Silva, 1991).

Em 1955, enquanto ocupava o cargo de Delegado de Polícia de Cametá, Arthur Silva foi promovido ao posto de 1º Tenente, prosseguindo no cargo. Além disso, demonstrou disposição para atuar no cumprimento da legalidade e das leis políticas vigentes. Nas eleições de 1956, ocorreu um processo eleitoral normalizado na Zona Eleitoral de Cametá, exceto no município de Mocajuba, no qual, os eleitores do General Magalhães Barata não estavam de posse dos seus títulos. Sendo assim, os documentos foram retidos pelo juiz, ocasionando uma quebra da legislação eleitoral até porque os eleitores locais do candidato opositorista (Epílogo de Campos) estavam com seus documentos eleitorais em mãos (Silva, 1991).

O 1º Tenente Arthur foi chamado à presença do Dr. Catete Pinheiro, Governador do Estado em exercício, que se encontrava muito preocupado com o problema. No entanto, após saber que em Cametá estava tudo tranquilo, baixou ato designando o Oficial para responder pela Delegacia de Mocajuba, para onde ele deveria seguir com razoável número de soldados, a fim de garantir a ordem pública, ausentando-se completamente de envolvimento político.

Uma fala do Governador marcou completamente a trajetória do Tenente, no qual foi descrita na íntegra: “Lembro-me perfeitamente de ter ouvido do mencionado governador a frase que a seguir reproduzo integralmente: ' Tenente Arthur, o dr. Catete Pinheiro deseja ardentemente a vitória do Dr. Epílogo de Campos, mas o governador Catete Pinheiro não dá um passo sequer, em favor deste ou daquele candidato’” (Silva, 1991, p.16).

Dessa forma, assim que foi liberado retornou a Cametá, de forma a determinar seu substituto na delegacia, tal como a organização de uma tropa bem armada para atuar nessas eleições suplementares. Ao chegar, tomou conhecimento de que o Capitão da Aeronáutica Maravalho Belo estaria chegando a Mocajuba comandando muitos homens para impedir a eleição (Silva, 1991).

Após fazer o levantamento da força mobilizada por Maravalho Belo, o Tenente Arthur organizou seus homens, além de buscar fazer o primeiro contato com referido oficial na delegacia do município, no entanto o Capitão insistiu para que o Tenente se direcionasse para a praça matriz da localidade, e assim o fez. No local foi realizada uma conversa amistosa entre os dois, na qual, Maravalho deixa claro que representa os interesses dos Baratistas no município, enquanto o Tenente Arthur reafirma que caso haja desordem, a Polícia agiria sob seu comando com todo o rigor da lei. As eleições foram finalizadas com a vitória do General Barata após alguns dias, confirmando seu terceiro governo, eleito democraticamente (Silva, 1991).

Após a transição, o Capitão Maravalho foi selecionado para ser Comandante-Geral da Polícia Militar e, segundo o relato, estava quebrando certa tradição do Comando da Polícia ser realizado por um Oficial Superior do Exército, mostrando que o General Barata não via com bons olhos a Corporação desde seus primeiros governos. O Tenente Arthur foi convidado pelo Capitão Maravalho para a ser seu ajudante de ordens. Apesar de declinar inicialmente devido à incompatibilidade que via pela figura do General Barata, acatou a ordem e aceitou o cargo, construindo uma amizade com o Oficial da Aeronáutica. No entanto, sua passagem pelo Comando Geral foi curta, desencadeada pela demissão do chefe da Polícia Militar (Silva, 1991).

Após uma visita pessoal de três oficiais da PM à casa de Maravalho Belo, o Jornal antibaratista *Folha do norte* publicou uma matéria com a seguinte manchete: “*OFICIAIS DA PM VISITAM SEU EX-*

-*COMANDANTE*”, causando um grande atrito entre o Tenente Arthur, com o novo comando, e o Governador Barata. O conflito foi tão intenso que o novo comandante o proibiu de visitá-lo novamente, com o Oficial recusando-se a cumprir a ordem e sendo preso após tentar visitá-lo:

Dois dias depois, o novo Comandante Geral – Coronel PM Mário Barriga Guimarães, meu compadre, porque padrinho da minha filha Rosemary, foi ao Batalhão de Polícia e, cara a cara comigo, disse-me que, de ordem do Governador, eu estava proibido de visitar o Cap. Maravalho. Entre atônito e realmente aborrecido, disse-lhe que naquele mesmo dia eu iria à residência do mencionado amigo. *Vá e será preso!* Fui. Ao sair do elevador do Ed. Bern, ouvi do meu amigo Ten. Josias Pereira Moreno, o único 1º Ten. mais antigo que eu, a expressão que ainda hoje não consigo esquecer: *“Arthurzinho, é uma pena, mas você está preso”*. Fui levado para o meu quartel, onde fiquei incomunicável por 4 (quatro) dias. Não, não há equívoco não, foram quatro (04) dias mesmo, como se eu fosse um perigoso subversista. Terminada a incomunicabilidade, deixaram-me preso ainda por 16 dias (Silva, 1991, p.19).

Após esse relato, vem um pequeno desabafo do Oficial Arthur, principalmente sobre uma declaração posterior feita pelo Capitão Maravalho, no qual ao lembrar-se da situação ocorrida em Mocajuba para uma entrevista, disse que seu grupo havia levado da delegacia as armas da Polícia que estavam ali. Nesse ponto, ele lembra-se de que a Polícia Militar estava com um pelotão muito bem armado e que poderia fazer frente a qualquer ataque ou tentativa de tomada pelos Baratistas. Foi feito um inquérito com a resposta do Oficial Arthur, porém, o tema foi apenas discutido entre familiares e solicitado na própria entrevista para permanecer na posteridade, como o caso de uma amizade que apesar da proximidade, e das imensas dificuldades causadas, como uma repreensão direta do Governador Barata em uma reunião com a oficialidade da PM, foi destruída por uma alegação leviana (Silva, 1991).

Enquanto relembra tal situação, citou uma audiência anterior que teve com o General Magalhães Barata, de maneira que havia sido designado para ser Delegado de Polícia em Almeirim, e que após o problema da visita ao ex-comandante, o Secretário de Segurança o acalmou, falando sobre o temperamento explosivo do General, entre outros aspectos. Ao entrar no gabinete o Oficial não citou qualquer situação referente ao ex-comandante, referindo-se apenas a negativa referente ao cargo em que foi nomeado para o interior, deixando claro desde o começo que os oficiais não eram obrigados a assumir cargos de Delegado, e que se o governador o quisesse no município, que criasse um pelotão da Polícia Militar para comandar lá. O Governador reclamou com seu ajudante de ordens, devido à ausência dessa informação. Somado a isso, o relato apresenta um relativo desinteresse em participar de ações políticas, apesar de ter se candidatado a uma vaga na câmara municipal de Belém pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de maneira a fugir da perseguição governamental (Silva, 1991).

Nessa mesma audiência, o Oficial Arthur permanecia com dúvidas sobre quem teria informado o General sobre essa candidatura, no qual o Governador perguntou em qual partido concorre, e após dizer que era o PTB o General respondeu da seguinte forma: - *“Ora, seu tenente, o PTB não tem votos”*. Após o encerramento da audiência, o General soltou a seguinte frase:- *“Vá, seu Tenente, faça a sua campanha com cuidado e não fale mal do Governo, porque senão eu lhe prendo outra vez”* (Silva, 1991).

Passados alguns meses ele foi transferido para o Comando Geral e classificado como Secretário do Comandante, o Coronel Iran de Jesus Loureiro. Apesar da desconfiança inicial, ele percebeu que seu trabalho era valorizado pelo Comandante-Geral, de forma que seu nome foi um dos indicados em uma lista tríplice para a promoção para o posto de capitão. Nessa lista, um dos temas relatados foi a interferência de um deputado estadual em definir quem seria promovido dos três, prejudicando o então Tenente Arthur. Após tomar conhecimento da ação do parlamentar e respaldado pelos regulamentos, apresentou a denúncia ao Comandante-Geral, que se reuniu diretamente com o deputado na secretaria do Interior.

Após seu retorno ao gabinete com o referido deputado, houve uma acalorada discussão, na qual o então comandante colocou o deputado no seu lugar, informando que a este cabia os temas do legislativo e que da polícia comandava ele, e caso houvesse algum problema, iria comunicar o governador no interior e quando voltasse já seria Capitão. Dessa forma, sua promoção foi concedida em 25 de junho de 1960, sendo nomeado delegado de polícia de Cametá novamente após quatro dias da promoção.

Ao retornar para Cametá, estava imerso em investigações sobre diversas problemáticas municipais, como um conjunto de motores apreendidos que seriam fruto de contrabando, e que apesar da determinação judicial de devolução dos motores, a pessoa que os apreendeu recusou-se a cumprir a ordem judicial.

Após buscar respaldo com a chefia de polícia da capital e com a ida de um grupo policial maior para a cidade, a ordem foi cumprida e os motores devolvidos à firma solicitante. Quando tudo parecia caminhar para um desfecho tranquilo, o Capitão Arthur relata que um considerável grupo de populares começaram a depredar a lancha e o local onde os policiais estavam, contendo-se até o momento em que um de seus comandados foi ferido no rosto, quando o Comandante deu ordem de atirar para o alto para dispersar a população, feito segundo ele aumentado pela mídia de oposição, a qual apresentou as seguintes notícias no jornal vespertino de Belém:

Figura 02: Jornal “Folha Vespertina”, de 07 de janeiro de 1964, com a manchete: “*Tiroteado o Povo de Cametá*”



Fonte: Folha Vespertina, Hemeroteca do Centur, Belém, p.1, 2023.

A 19 de janeiro de 1961, treze dias após sua volta de Cametá, foi nomeado Delegado de Polícia de Igarapé-Açú, onde estava ocorrendo sério desentendimento entre o Prefeito e o Delegado local, indo no mesmo dia para o município, logo conversando com os dois separadamente, descobrindo que a razão do desentendimento era político-partidária.

Uma das principais constatações sobre a cidade de Igarapé-Açú foi a de que quase todos os homens andavam armados de faca, como provavelmente em boa parte do interior do Estado na época. Ele de pronto, resolveu acabar com esse hábito tão ilegal quanto perigoso. Para tal, baixou uma portaria instruindo o povo nesse sentido e determinando a apreensão de tais armas. Após essas medidas, o Capitão ficou surpreso com a quantidade de objetos apreendidos (mais de quatrocentos facas), encaminhadas à Delegacia Auxiliar dos Serviços do Interior (DASI), no fim do ano.

No final do seu relato, o Coronel Arthur Silva comenta sobre as boas lembranças que guarda de Igarapé-Açú, pois foi onde sua esposa teve bastante saúde. Ele também recorda que guardou o registro do nome e a fotografia do quadro de formatura da primeira turma da *Escola Normal Regional Padre Antônio Callado*, onde lecionou as matérias de Português e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Em janeiro de 1966, após ter solicitado exoneração do cargo de delegado, assumiu em Belém, o Subcomando do Batalhão de Destacamento da Polícia Militar.

5 O CONTEXTO DO REGIME MILITAR: EXPERIÊNCIAS NA PREFEITURA DE BELÉM, SEGUP E O PÓS RESERVA NA TELEPARÁ.

Em 1967, no governo do Coronel Alacid da Silva Nunes, assumiu o Comando da Guarda Civil do Estado, onde permaneceu até junho de 1970, quando as Guardas Civas Estaduais foram extintas em todo o Brasil (Do Pará, 1970). Nessa função foi promovido ao posto de Tenente Coronel, no ano de 1968, voltando para a PM e assumindo a Chefia do Pessoal.

Já em 1971, foi chamado ao Gabinete do Comandante-Geral, pois havia recebido um convite para almoçar com o Coronel Nélio Lobato. Nessa ocasião, acabou sendo convidado para atuar como Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, cargo no qual o Coronel Lobato seria indicado em poucos dias pelo Governador do Pará.

A partir da saída do antecessor, o Prefeito começou a fazer certas recomendações sobre o serviço, na Chefia de Gabinete. Uma das quais dizia respeito a que nenhum funcionário, nem mesmo os Secretários municipais deveriam entrar em seu Gabinete sem que fosse dia de despacho, sem antes informar o assunto a ser tratado. O Chefe de Gabinete levaria o tema ao conhecimento do Prefeito. Quanto aos “elementos estranhos”, estes deveriam informar o que desejavam, a fim de serem encaminhados ao Prefeito, após ele tomar conhecimento do que se tratava, ou à repartição competente, para a solução de seus problemas.

Em menos de seis dias após essa situação, chegaram em comissão ao Gabinete José Quintino de Castro Leão, José Alberto do Couto Rocha e Olívio Chaves, *Secretários de Finanças, de Administração e Diretor-Geral de Mercados e Feiras*, respectivamente, pretendendo falar com o Prefeito. Como não era dia de despacho de nenhum dos três, estes foram questionados sobre o tema da reunião, de maneira que pegaram o oficial de surpresa: Inicialmente, perguntou-me se eu era bacharel em Direito. Peguei o peão na unha e disse: “*Quem sou eu? Doutor, isso é para os senhores, eu sou soldado!* E veio então a declaração do que pretendiam falar com o Prefeito: evitar que eu fosse nomeado Chefe de Gabinete, por não ser advogado” (Silva, 1991, p.35).

Após a declaração, o oficial pediu para os secretários o aguardarem, ao entrar no gabinete para informar o que os secretários queriam, acabou que ele falou que esqueceu o que eles queriam (faltando com a verdade), de forma que os autorizou a entrada e repreendeu o chefe de gabinete. Após uma rápida conversa, o Coronel Arthur foi chamado à mesa de despacho do gabinete e ouviu as seguintes palavras do prefeito segundo seu relato:

“Coronel Arthur, quando o senhor me avisou de que estes Secretários queriam me falar, o senhor sabia o que eles pretendiam?” Respondi afirmativamente e pedi desculpas. O Coronel Nélio olhou em volta os secretários e lhes perguntou: -“Os senhores sentiram neste momento o valor moral do meu Chefe de Gabinete? Podem ir e voltem amanhã, às 10:00 horas, trazendo a Lei que determina que ninguém pode ser Chefe do Gabinete do Prefeito de Belém, sem ser bacharel em Direito, porque eu também não sou e nada obstante sou Prefeito. Se a Lei existir, eu chamarei o Dr. Augusto Meira, Presidente da Câmara Municipal e pedirei que providencie modificação ou uma nova Lei a respeito” (Silva, 1991, p. 35-36).

Os Secretários não voltaram no horário determinado, e o Coronel Arthur foi nomeado para exercer o cargo, permanecendo durante todo o mandato do Coronel Nélio Lobato e até o início do governo de seu sucessor, o Dr. Otávio Bandeira Cascaes, então secretário de saúde do município. Ao conversar com o sucessor, o Coronel Arthur foi explicando os trâmites do cargo ao novo chefe de gabinete, além de que o novo prefeito havia lhe perguntado se tinha interesse em permanecer na prefeitura.

O Oficial respondeu que sim, mas gostaria de permanecer em cargo equivalente, de forma que ao fazer a documentação da sua própria exoneração da Chefia de Gabinete, o prefeito o nomeou para chefiar a Secretaria de Administração de Belém (SEMAD), substituindo o Dr. José Alberto do Couto Rocha, uma grande ironia do destino, no qual uma das pessoas que havia tentado-o impedir de assumir o cargo, agora seria substituído pelo mesmo. O Coronel Arthur permaneceu na SEMAD durante todo o período do governo do Dr. Cascaes, retornando à polícia militar no posto de Tenente Coronel (Semad, 2023).

No ano de 1975, enquanto atuava na Polícia Militar, o Coronel Arthur foi convidado para servir como Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP), permanecendo nesse posto até 1977. Devido ao zelo e à ativa participação no serviço, recebeu uma recomendação do seu chefe imediato, o Coronel Dirceu Bittencourt de Sá. Enquanto estava nesse posto, ele foi promovido ao posto de Coronel, sendo transferido para a reserva a pedido após três dias dessa promoção.

Figura 03: Fotografia do então Tenente Coronel Arthur Correa da Silva.



Fonte: Comandante Geral José Dilson Melo de Souza Júnior

No relato há uma contextualização, no qual o Coronel Arthur explica que até aquela época, era comum a nomeação de oficiais superiores do Exército para a Secretaria de Segurança, além do interesse de vários delegados. O então chefe da SEGUP indicou o Coronel Arthur, então Chefe de Gabinete, para substituí-lo interinamente como Secretário. A indicação foi aceita pelo Governador Aloysio Chaves.

Há uma passagem interessante sobre a solenidade de transmissão de comando da SEGUP, no qual contou com a presença do Comandante da 8ª Região Militar o General Euclides Figueiredo, irmão do último Presidente da República do Regime Militar, em que dizia: *Eu te desejo boa sorte, mas não te gabo o gosto, companheiro, Polícia é fogo!*. O Coronel Arthur respondeu da seguinte forma: *“É isso mesmo, Vossa Excelência sabe que nem todos nascem para ser General!”*. Novo sorriso, um aperto de mão e o General foi embora (Silva, 1991).

O Coronel permaneceu na secretaria até 1979, exercendo sua função até que o cargo fosse transferido para o Coronel Flarys Guedes Henrique de Araújo, o qual foi temporariamente chefe de gabinete até a sua saída definitiva da secretaria de segurança. Após sua saída da SEGUP em 1979, o agora coronel da reserva Arthur recolheu-se a vida familiar passando um tempo longe dos afazeres profissionais, fato que o deixou aborrecido e em busca de um novo horizonte profissional (Silva, 1991).

Dessa forma, após uma reunião no Clube Rotary, conversou com o Engenheiro Roberto Lamoglia, então presidente da Empresa de Telecomunicações do Pará S/A (TELEPARÁ), de forma a conseguir uma oportunidade de trabalho. Seu pedido foi prontamente atendido, tendo sido contratado em dezembro do mesmo ano. Inicialmente, assumiu a liderança do Departamento de Serviços Gerais. Com a mudança na presidência da instituição foi transferido para outro cargo.

Com a eleição de Dário Pinheiro para a Presidência, assumiu a Chefia de Gabinete do Presidente da TELEPARÁ. Em seu relato afirma que, apesar das diversas informações que recebia sobre a maneira ríspida que o senhor Dário se dirigia aos servidores em determinadas ocasiões, o viu como um competente administrador e como figura primordial na empresa.

Após a saída do Sr. Dário da presidência, o Coronel Arthur foi dispensado da função de Chefe de Gabinete e encaminhado à Divisão de Segurança Empresarial que era parte do Departamento de Serviços Gerais, função já exercida anteriormente e interpretada no seu relato como uma punição. Inicialmente, isso quase o fez pedir demissão. No entanto, decidiu permanecer no cargo para cumprir o pouco tempo que restava para adquirir a aposentadoria por idade. Ele alcançou o benefício em 31 de maio de 1990, encerrando décadas de carreira profissional no meio militar e nas comunicações (Silva, 1991).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato da história de vida do Coronel Arthur apresenta uma memória afetiva com o seu pai e seus irmãos, e permite conhecer o contexto histórico de Belém e de cidades interioranas do Pará a partir do período democrático pós-segunda guerra mundial, regime militar e redemocratização dos anos de 1980.

A memória pessoal do militar em tela permitiu uma nova visão sobre a “Revolta de 1951”, muito além do que os jornais apresentam, tal como os processos crime sobre o evento, mostrando as razões e as problemáticas sociais que levaram à participação do Oficial.

Um ponto importante é a possibilidade de compreensão sobre as dinâmicas políticas do contexto paraense que destaca as disputas entre os Baratistas, ligados ao Partido Social Democrático (PSD) e os opositores da União Democrática Nacional (UDN), de forma que a legalidade deveria ser o principal ponto de defesa da Corporação, independente das posições políticas pessoais.

Quanto a sua carreira militar, o Coronel Arthur apresenta sua atuação em três setores do serviço público estadual: a atuação como Chefe de Gabinete da capital paraense, a nomeação para atuar como Secretário de Segurança Pública, sendo uma quebra de paradigma, devido à convocação constante para esse cargo de Oficiais Superiores do Exército Brasileiro.

Esta carreira como “soldado paranse” sempre esteve alinhada a sua atuação em funções civis no pós-reserva na TELEPARÁ, fato que explicita a necessidade de pesquisas mais aprofundadas para compreender sua trajetória de vida pessoal como um fator importante para a construção de uma identidade militar relacionada à construção democrática do período do Nacional Desenvolvimentismo, uma relação entre o passado e o presente e principalmente a compreensão de um processo histórico no âmbito global.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZÔNIA, Centro de Memória da, **Processo de julgamento dos policiais na revolta de 1951**, Justiça Militar do Estado, Caixa 01, 1952. Composto de: 07 Páginas de Acusação Inicial do Processo; 05 Páginas de Histórico Militar do 2º Tenente Arthur Correa da Silva; 03 Páginas de Depoimento do acusado 2º Tenente Arthur Correa da Silva; 26 Páginas de Ata de Sentença do processo. Belém, 2023.

BELÉM, Prefeitura de. **Arquivo da Secretaria de administração municipal de Belém (SEMAD)**, Belém, 2023.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. EDUEL, 2013.

GINSBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Jornal **Folha Vespertina**, Janeiro de 1964, CENTUR, Belém, 2023. (07 e 09 de janeiro de 1964).

JUNIOR, José Dilson Melo de Souza, **Entrevista realizada com o Comandante Geral da Polícia Militar do Pará**, Belém, 13 de setembro de 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª edição. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2013.

PARÁ, Assembléia Legislativa do. **Lei nº 188/1970**, Banco de leis da ALEPA, Belém, 2023.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projetos História**, São Paulo: 15 abr 1997.

PRIORE, Mary Del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 10, p. 7-16, 2009.

SILVA, Arthur Corrêa da. **Livro de memórias**. (Não publicado), Belém-Pa:1991.

THOMPSON, E . P . . **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paes e Terra, 1987.